



Cadernos Metrópole

ISSN: 1517-2422

cadernosmetropole@outlook.com

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo
Brasil

Miziara Frangella, Simone

Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas

Cadernos Metrópole, núm. 13, enero-junio, 2005, pp. 199-228

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837794007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas*

Simone Miziara Frangella**

Resumo

O presente texto trata de apresentar determinadas experiências corporais de moradores de rua, vivenciadas a partir dos conflitos impostos por intervenções urbanas que procuram limitar ou mesmo eliminar sua circulação e permanência nas ruas das cidades. As políticas que tendem a organizar e “limpar” o espaço urbano e as práticas cotidianas hostis de segmentos sociais que corroboram com essa tendência são responsáveis pela construção de uma vulnerabilidade corporal específica desse segmento. Tais práticas compressoras geram mecanismos de contenção e expansão corporal contingentes em suas interações sociais e espaciais diárias. No entanto, os mesmos mecanismos, somados a uma circulação ininterrupta e à persistente criação de territorialidades, marcam uma resistência dos habitantes de rua a sua eliminação, refazendo cotidianamente sentidos de lugar na cidade.

Palavras-chave: cidade; intervenções urbanas; moradores de rua; corporalidade; limpeza pública; arquitetura antimendigo.

* O presente artigo é uma versão modificada de uma parte do capítulo cinco de minha tese de doutorado *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*, financiada pela Fapesp e defendida em março de 2004, no IFCH/ Unicamp, Campinas.

** Antropóloga, doutora em ciências sociais na Unicamp/SP. E-mail: sifrangella@gmail.com

Abstract

This article aims to present some corporal experiences of homeless people, generated through conflicts imposed by urban interventions which seek to limit or even eliminate the circulation and permanence of this social segment in the streets of the cities. Policies that tend to organize and "clean" the urban space, as well as the hostile daily practices of social groups which corroborate such trends, are responsible for the construction of a corporal vulnerability specific to homeless people. These compressive practices make them create mechanisms of body contention and expansion present in their social and spatial daily interactions. However, the same mechanisms, added to a continuous circulation and a persistent creation of new territorialities, imprint a resistance of the homeless to their elimination, re-establishing meanings of place in the city.

Key-words: city; urban interventions; homeless people; corporality; public cleansing; "anti-beggar architecture" .

Nas grandes cidades contemporâneas, as pessoas que habitam as ruas – ocasional ou permanentemente – utilizam-nas como seu espaço de sobrevivência e vivência, por meio de um contínuo processo de des-posseção e subtração material e simbólica. Tal ciclo da rua cria um movimento contraditório, que incorre em um círculo vicioso. Uma vez que a utilização contingencial que habitantes de rua fazem dos espaços urbanos parece colocar os sentidos oficiais do “público” e planos e projetos urbanos em risco, cria-se uma incessante tentativa de negar os corpos já desabrigados. Estes, por sua vez, constroem reações diversas em uma contínua afirmação de sua permanência. Dessa forma, adentram em uma lógica circular, que tem como força motriz central a tentativa de sua eliminação.

O presente artigo procura apresentar alguns efeitos desse movimento cíclico. Tendo como perspectiva básica para essa análise o corpo como construtor e portador das respostas concretas e simbólicas às dinâmicas urbanas, pretendo indicar, a partir da experiência empírica¹ na cidade de São Paulo, as formas corporais que o morador

¹ A análise feita neste trabalho tem como base uma pesquisa de campo que ocorreu em três momentos do doutorado, entre 2001 e 2003, na cidade de São Paulo. A observação empírica enfocou o circuito de circulação do segmento estudado pelas ruas, mas a investigação sistemática deu-se precisamente em

de rua vai imprimindo em seu cotidiano de circulação, de restrições espaciais e constrangimentos simbólicos e morais. No decorrer do texto, tratarei de experiências corporais de contenção e compressão corporal; das reações explosivas e agressivas que surgem no contraponto dessa opressão; e, por fim, destaco as ações do RAPA, geradoras de formas de confronto e violência entre os habitantes de rua e as políticas urbanas, fundamentalmente representativa para essa discussão.

São vários os mecanismos de interferência no cotidiano dos moradores de rua. Dispositivos físicos como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites materializam representações de ameaça criadas a respeito desse segmento sobre a legibilidade da cidade que se pretende funcional e hegemônica (De Certeau, 1994). No caso de São Paulo, intervenções do tipo tornaram-se visivelmente agudas na década de 90, com o surgimento de uma “operação antimendigo”, uma forma de expulsão dessa população de locais do centro da cidade, através da eliminação de pertences e dejetos acumulados pelos moradores de rua.

Tecnologias de expulsão fizeram parte da operação, criando, no início da década, a “arquitetura antimendigo”. Essas tecnologias foram iniciativas da sociedade civil, parte da opinião pública e administradores regionais, incentivadas pela ausência de uma política dirigida a essa população, e consistiam em: grades em torno de igrejas e de árvores² para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises.

dois locais: a Praça do Metrô Brás e o Refeitório Penaforte Mendes, um serviço voltado para a população de rua no bairro Bela Vista. As observações empíricas indicadas aqui de forma sucinta derivam das anotações sobre esses dois pontos e sobre ocasionais acontecimentos em outros lugares da cidade. Os nomes dos moradores de rua aqui pesquisados são fictícios.

² As grades já eram colocadas em algumas igrejas desde a década de 80.

Apesar de críticas por parte de setores da sociedade civil, de arquitetos³ e da mídia, tais procedimentos, suavizados durante a década, voltaram a ganhar força em 1998. A “arquitetura antimendigo” ressurgiu então como um procedimento sistemático. Tratava-se de um tipo de “segregação materializada em portas e janelas de residências, em prédios públicos e privados, igrejas, pontes, praças e viadutos da metrópole”.⁴ Aos procedimentos já descritos somam-se a colocação de grades pontiagudas em parapeitos de vitrines e janelas e a construção de pisos irregulares debaixo de certos viadutos, de modo que os moradores de rua não pudessem lá permanecer.

Procedimentos de expulsão e contenção através de “ajustes arquitetônicos” e demais tecnologias materiais permanecem atualmente na cidade de São Paulo, promovidos por comerciantes, proprietários de imóveis e a limpeza urbana executada pela Prefeitura. Ou seja, os artefatos antimendigos não são apenas uma prerrogativa de políticas públicas, mas também iniciativas do mundo privado. Não aparecem mais como um conjunto sistemático de medidas, mas como contínuos movimentos fragmentados na cidade. A justificativa parece ser sempre o mau cheiro dos mendigos, o incômodo visual de sua presença ou a ameaça de maculação dos pontos turísticos e a destruição do patrimônio histórico.

A conjunção de procedimentos arquitetônicos de expulsão e de medidas policiais de deslocamento desses habitantes leva-os à contínua circulação por ruas e cantos da cidade. Cria-se o tal círculo vicioso: o morador de rua, sem acesso a banheiros públicos e sem moradia, usa os vãos, as ruas, os bancos de praças, as árvores, para dormir e fazer sua higiene pessoal. O efeito visual e odorífero desse

³ Essa “arquitetura antimendigo” gerou muitas reações de protesto por parte de arquitetos e urbanistas. Oscar Niemeyer criticou o procedimento por acreditar que ele contraria o que considera uma das maiores contribuições da arquitetura brasileira ao mundo, que é a concepção de cidades e construções com espaços para a congregação social. Outros arquitetos e urbanistas afirmaram, inclusive, que não se poderia designar tais procedimentos como arquitetura, propondo qualificá-los como artefatos contra os desajustados, evidenciando a crueldade e falta de solidariedade resultantes de uma situação econômica de desemprego e de alta concentração de pessoas na cidade (*O Estado de S. Paulo*, 27 abr. 1998).

⁴ (*O Estado de S. Paulo*, 26 abr. 1998).

uso gera na população uma atitude de repúdio à sua presença e aciona o poder público, que força a sua supressão na cidade. Quando não é o poder público diretamente, são os artefatos construídos paulatinamente que, perversamente, tentam empurrar o habitante de rua para o “lugar nenhum”.

Por um lado, essas intervenções urbanísticas nos lugares de passagem são interdições que fazem mais que intimidar o cidadão; elas atuam no corpo porque o forçam a desviar dos lugares e, a partir daí, definem diferentes diagramas de circulação (Souza, 2001). Como afirma Souza, enfocando o que as grades exprimem, podemos vê-las como interpelações urbanísticas que não se pode ignorar: as grades de ferro possibilitam uma linha de distinção territorial entre supostos agressores e agredidos. Nesse sentido enunciativo, podem ser vistas como co-extensivas ao corpo de quem circula pela rua.⁵ No caso dos moradores de rua, as interdições territoriais fazem mais que desviar trajetos de passagem – bloqueiam sua permanência.

Por outro lado, a concretização da arquitetura antimendigo, somada ao conteúdo das justificativas urbanísticas que geram, encerram uma forma de nomear e apontar os contornos do inimigo, os supostos agressores, a ameaça. Em outras palavras, as grades expressam algo que não está apenas nelas; elas indicam a suspeita da violência, da “indigência ameaçadora”. Ao cerrar e proteger os logradouros onde os moradores de rua ficam e dormem, “remetem a efeitos de sentido que geram a identificação de um lugar a um sujeito e de um sujeito a um lugar” (Souza, 2001, p. 77). Assim, reitera-se a imagem já estigmatizada dos habitantes de rua de poluidores do espaço urbano.

⁵ Souza parte de uma interessante abordagem da análise do discurso para pensar a relação de enunciação sujeito-objeto com relação às grades que cercam os espaços de passagem urbanos, particularmente no tocante às interdições territoriais impostas aos que vivem nas ruas. De seu ponto de vista, o enunciado da interdição interpela o sujeito pedestre e indica que “os limites entre os espaços abertos e fechados estão sendo significados diferentemente no nível da forma material do signifiante” (2001, p. 71). Considero sua análise inspiradora para entender a visibilidade dos embates sociais e políticos criados pela arquitetura antimendigo, do ponto de vista discursivo.

Para além dos obstáculos físicos, há os mecanismos que, em nome do zelo pela unicidade funcional do espaço urbano, continuam a intervir nas poucas posses materiais e a demandar obediência dos habitantes de rua, como é o caso das ações interventoras da limpeza pública ou policial. Tais atividades projetam cenas de humilhação, às quais esse segmento não tem outra alternativa a não ser submeter-se, sob pena de agressão ou pressão. Além disso, para terem acesso aos serviços oferecidos nas ruas, também hão de se submeter a uma lógica disciplinadora e de “reintegração social”, o que supõe igualmente a limitação de seu comportamento nesses espaços.

Em suma, por meio da redução psicológica, emocional e de suas posses materiais, reverte-se, como coloca Kawash a respeito dos *homeless* em Nova York, o caminho de extensão desses indivíduos – “que é próprio de um sujeito ‘próprio’” – para o caminho da compressão (Kawash, 1998). Em geral, esse ciclo é mantido pela reiteração da violência simbólica ou física. Para a autora, o corpo errante funciona na medida em que o lugar permite e emerge em resposta ao corpo. A não tenacidade em sustentar uma propriedade, um lugar próprio, coloca o *homeless* em uma condição vulnerável:

(...) enquanto o corpo faz um lugar para si, a formação mútua de lugar e corpo afeta o significado de ambos. (...) deste modo, o lugar faz o corpo, assim como o corpo faz o lugar, sugerindo que os lugares feitos pelos *homeless* podem não desafiar seu *status* como excluídos, e o corpo vem mais a funcionar como o signo e a incorporação da exclusão. (Kawash, 1998, p. 336, tradução minha)

Como resposta, o morador de rua adapta seu corpo a essa geografia compressora; vai se reconfigurando na medida em que o espaço o limita e molda de forma contingente o extravasamento de suas emoções – raiva, angústia, euforia, medo, solidão, dor, alegria – na própria mobilidade. Essa corporalidade pode ser traduzida ora na imobilidade e na retenção de movimentos, a evitar conflito com transeuntes e caber nos lugares mínimos para os quais são expulsos, ora ao externar explosivamente seus gestos, sua fala, sua agressividade, seus desejos.

Por outro lado, os moradores de rua também alteram em sua movimentação itinerante essas interdições territoriais. Boa parte das cercas de arame que envolve os viadutos foi furada e muitas pessoas moram ali, invertendo o seu sentido funcional ao tomá-las como uma proteção a mais para si mesmas. Muitos se sentam entre as lanças de ferro que cobrem escadas laterais de igrejas. Quanto aos lugares cobertos por óleo e água, são abandonados por um tempo e retomados depois, quando os donos de loja já não mais atêm à questão. Se explicitamente deslocados de algum local pela polícia ou por agentes urbanos, tornam a utilizá-lo mais tarde.

Essas práticas de subversão da ordem urbanística não têm em si o propósito de demarcar espaços permanentes, mas sua ocorrência contingente erige novas fronteiras identitárias e de pertencimento, marcando lugares “de atores e cenários ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores” (Arantes, 1999, p. 107). Tais práticas, que se estendem também aos meninos de rua, demarcam uma territorialidade flexível, que se ergue exatamente no diálogo com os vários usos e enunciações que atribuem sentido àquele espaço, constituindo-o como espaço público (Leite, 2002).

Nem a adaptação corporal aos limites espaciais, nem a ressignificação momentânea da racionalidade urbanística feita pelos atos “transgressores” diminuem a violência sobre o morador de rua ou impedem sua retração material e simbólica nas ruas da cidade. Os registros da rua, suas interdições e compressões ecoam no corpo desse segmento, reiterando os obstáculos para a expansão deste. Para Kawash, a aparente subversão de significados do “público”, praticada pelos habitantes de rua, não é suficiente para contrapô-lo efetivamente ao espaço que o molda. A “desnaturalização” desses significados oficiais representa um perigo, que é, por sua vez, combatido com a violência. A autora aponta com propriedade os efeitos desse ciclo de opressão.

É possível que as respostas táticas dos habitantes de rua não causem mudanças estruturais ou mesmo efetivas no espaço urbano. Porém, os deslocamentos delinqüentes (De Certeau, 1994),⁶ limiares,

⁶ Aqui lembro novamente de De Certeau, ao tratar do relato do espaço praticado como um relato delinqüente: “Se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que

que as caracterizam, organizam *lugares* nos espaços em questão (Leite, 2002)⁷, criando uma transversalidade de códigos aos quais imprimem de forma contínua ou ocasional uma fronteira territorial. E, ainda que não revertam de forma estrutural as fronteiras de ordem dos lugares urbanísticos, eles as confundem e, como nos coloca Arantes, “constituem outras racionalidades e contratualidades em contextos espaço-temporais flexíveis e repolitizam o que se configura como lugar público por excelência” (1999, p. 108). Os habitantes de rua reforçam sua existência nessa dinâmica. É na aspereza da adaptação ao circuito que os comprime que os habitantes de rua reconstróem suas resistências e vulnerabilidades corporais.

Fragmentos de contenção no espaço urbano

Avenida Paulista com a Consolação. Paisagem de poder, área “nobre” da cidade, um *locus* da centralidade financeira e cultural contemporânea paulistana (Oliveira, 1998). Ao lado de um grande supermercado, na frente das portas fechadas de uma loja – cujo dono havia colocado as grades baixas para evitar que alguém ali se sentasse –, há um homem sentado. Moreno, pele encardida, cabelo comprido e desgrehado, roupa rasgada. Estava sentado de lado, o corpo espremido em função da grade, as pernas dobradas; encontrava-se notavelmente imóvel, as mãos cobrindo parcialmente o rosto. Lúcido em seus movimentos tímidos, o olhar era distante.⁸

desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não mais oferece saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há uma outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora” (De Certeau, 1994, p. 216).

⁷ Tomo aqui a noção de Leite sobre lugar como referencial. O autor afirma a formação de um lugar a partir dos significados atribuídos pelo seu uso. Para Leite, o lugar pode ser entendido como uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço; este é qualificado pelos usos e pelos sentidos diferenciados atribuídos a ele por esse uso (2002).

⁸ As cenas retratadas a seguir são fragmentos de meu caderno de campo.

Cenas como esta são comuns nas ruas de São Paulo: homens e mulheres parados em pé ou sentados em calçadas, em geral isolados entre si, em bancos de praças, portas de estabelecimentos comerciais, com pernas juntas, braços cruzando o peito, ombros encolhidos, quase dobrados em si mesmos. Em alguns momentos, a cabeça muito baixa; em outros, o olhar vago para a rua sem se deter em nada ou ninguém. Ficam em seus cantos calados, às vezes falando com eles mesmos. As expressões do rosto impassíveis, fechadas. Quando caminham, fazem-no lentamente.

Esse corpo imóvel provoca efeitos ambíguos: facilita seu mimetismo com a paisagem urbana, em uma espécie de colagem do corpo encardido e envolto em roupas acinzentadas com a calçada e o asfalto, e, ao mesmo tempo, gera um contraste com a movimentação frenética dos transeuntes. O grau de imobilidade varia conforme o processo de despojamento corporal – e, portanto, de tempo de permanência na rua. Quanto maior o grau de isolamento social, de distância dos serviços de atendimento, de sujeira aderida ao corpo, maior a ausência ou lentidão de movimentos. A apatia é um estado psicológico que acompanha tal comportamento.

A retenção dos movimentos corporais aparece menos naqueles que moldam uma sociabilidade mais duradoura na rua, como é o caso dos moradores da Praça Metrô Brás, onde observei de forma mais sistemática. Poucos ali permaneciam nessa imobilidade descrita. Ela era percebida em geral nos que chegavam ao local para um ou dois pernoites e não conheciam ninguém ou em freqüentadores da “galera da maloca”. No entanto, a contemplação no vazio, codificada pelo olhar e pela atitude absorta em si mesma, era reconhecida em alguns habitantes ali, em seus dias de lamento e recolhimento.

Em observações das atrizes do núcleo Lume,⁹ a respeito de seu estágio de preparação da mimese corpórea sobre a população de rua, essa gradações também foram percebidas por elas:

9 Lume – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais da Unicamp. O trabalho consistia em pesquisar a corporalidade dos habitantes de rua, coletando um material que foi usado posteriormente em um espetáculo.

Os corpos variavam entre os ativos, cujo ritmo na execução das ações era semelhante a grande parte das pessoas; esses normalmente se ocupavam vendendo pequenos objetos encontrados nos lixos, ou lavando roupa e limpando o local onde dormem. Os superativos, que realizavam ações em ritmo muito acelerado, muitas delas sem nenhum sentido prático, talvez sob o efeito de alguma droga; os muito lentos, que variavam entre o entorpecimento provocado pelo álcool e a droga, que os fazia ficar horas dormindo no asfalto fervendo, em posições totalmente desconfortáveis e os que, devido a fome, frio e privações, chegavam quase ao nada, à ausência de ações, quase um ser amorfo, cuja respiração era o único indício de vida. (Colla, Silman e Hirson, 2002, p. 117)

No caso dos que estão em um grau máximo de isolamento social, esse comportamento é a manifestação de seu mundo particular. Entre os “loucos de rua”,¹⁰ por exemplo – uma das categorias com essas características –, há as pessoas portadoras de sofrimentos mentais avessas a diálogos e sociabilidades, cuja imobilidade e circunscrição de trajetos solitários no meio da multidão enunciam o lugar próprio que encontraram no espaço urbano.¹¹ Tomando uma definição muito interessante de Miriam Chnaiderman, o “louco de rua” é um personagem das ruas que se diferencia de – e é diferenciado por – mendigos e outros tipos de moradores de rua. Vive sozinho, fixa seus pontos de estadia, forma boas relações de vizinhança com moradores dos arredores e comerciantes, não bebe, não esmola.

São reveladores de um perfil particular muito presente no espaço urbano, não tanto pela loucura ou pelas características que revelam algum quadro de transtorno mental, mas pelo modo como se relacionam com a cidade. Homens e mulheres que, entre suas

¹⁰ A psicanalista traz essa definição depois de um período de dois anos de observação empírica e a produção de um filme sobre esse segmento. Para a autora, os “loucos de rua” “são caras que fundam uma cidade própria, sem nada a ver com o espaço institucionalizado, e que possuem uma outra definição do que é público e privado” (*Folha S. Paulo*, 9 mai. 1993).

¹¹ Os moradores de rua se diversificam bastante conforme seu tempo de permanência na rua, suas formas de circulação e trajetórias. Uma possível categorização dos mesmos em São Paulo foi feita por mim em outro capítulo de minha tese. No presente artigo, optei por destacar alguma categoria quando sua especificidade interessava para as presentes questões.

explosões aparentemente psicóticas,¹² delírios e alucinações andam pela cidade continuamente, bem sujos, com as roupas rasgadas e apodrecidas, em meio ao ritmo frenético dos transeuntes em calçadas e calçadões, como que imersos em outro mundo, um lugar privado construído a partir das fronteiras corporais da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta.

Curiosamente, embora o olhar dessas pessoas, voltado para o chão ou para a frente, através das coisas e dos transeuntes, se encaixe no estágio do olhar ausente (não comunicável com o exterior) que a equipe do Lume captou, surpreendeu-me perceber que, em suas andanças feitas em meio a uma profusão de pedestres, esses moradores de rua não se encostam em ninguém. Atravessam multidões esquivando-se dos transeuntes, mesmo sem vê-los, e denunciando a percepção da movimentação a seu redor. Da mesma forma, quando sentados e quietos, aparentemente alheios a tudo, percebemos que captam a dinâmica ao seu redor, adaptando assim suas posturas contidas.

Já para determinados “loucos de rua”, homens e mulheres cujos desatinos se tornam experiências ainda solitárias, mas mais comunicativas por meio da produção de suas vestimentas, espaços e discursos lúdicos na cidade, essa imobilidade de olhar vago parece trazer a cidade, sua movimentação e barulho para dentro de seu espaço circunscrito, transformados em elementos de adequação de seu cotidiano, dos inúmeros fluxos de espaço e tempo que se cruzam a sua frente (Chnaiderman, 1999). Seu percurso na cidade é feito muitas vezes na imobilidade observadora dos fluxos urbanos.

Em outros casos, a imobilidade corporal dos habitantes de rua é provocada pelo efeito do álcool e das drogas ou pela presença de ferimentos que afetam os seus pés ou pernas, ou pelas dores no corpo que os acomete depois de muito tempo de deslocamento. Porém, esses fatores não totalizam as explicações para tamanha imobi-

¹² Os surtos psicóticos nas ruas, apenas brevemente referidos no presente texto, ainda são uma ampla nomeação diante de reações psíquicas adversas, que não pude identificar com precisão. No entanto, foram as manifestações mais próximas do que usualmente classificamos como comportamentos psíquicos “anormais”: a ausência de comunicação completa, o olhar parado, movimentos nervosos de mãos e pés, entre outros.

lidade. A contenção corporal não está presente apenas pelas limitações físicas produzidas nesse circuito. É um comportamento mais generalizado, que se traduz em um modo de estar nas ruas gerado a partir da ausência de trajetos definidos e possibilidades asseguradas de modificar sua situação socioeconômica, e mantido como uma resposta aos mecanismos de opressão e de rejeição que agem sobre eles.

A contenção das emoções e dos gestos, que culmina não raro nessa imobilidade corporal, é um patamar de comedimento construído gradualmente, moldando-se a limites geográficos – e igualmente sociais – na rua. Tidos como fora do lugar e, conseqüentemente, postos na posição de perigosos, os habitantes de rua incorporam esses mecanismos de contenção com os quais diminuem os conflitos com os transeuntes, obtêm mais sucesso na mendicância, preservam relativamente sua tão frágil privacidade. Quando tais mecanismos não são suficientes, deslocam-se para outro ponto.

A imobilidade corporal é um comportamento ausente entre meninos e meninas de rua. A aparência vulnerável da infância e do início da adolescência e o fôlego próprio a essa idade auxiliam, nesse sentido, a mobilidade intensa pelas ruas, bem como facilitam o exercício de suas técnicas corporais de sobrevivência e obtenção de bens de seu interesse (Frangella, 1996), como é o caso da mendicância e do roubo. Quando se encontram em estados mais adiantados da adolescência, o corpo se fortalece; meninos e meninas perdem o ar frágil e passam a ser vistos como perigosos.

Mas poucos meninos de rua continuam na mendicância à medida que vão ficando adultos. Quando o fazem, a mendicância assume, muitas vezes, caráter agressivo. Enlaçados gradualmente por redes ligadas ao circuito da criminalidade, seguem outras vias de obtenção de recursos. Os mecanismos criados pelas crianças e pelos adolescentes de rua se pautam muito mais pela agilidade, pela capacidade performática veloz e pela rapidez dos deslocamentos (id., 2000).

Os modos de contenção corporal estendem-se igualmente para dentro dos albergues e outras entidades de atendimento. Nesses espaços, as regras de comportamento são ditadas pelas entidades, as quais, como já dito anteriormente, utilizam-se de mecanismos disciplinadores. Estes reforçam a atitude contida, aparentemente passiva, vista na rua, especialmente porque as fronteiras territoriais são

construídas por outros que não os habitantes de rua. Procedimentos de vigilância nos cômodos e banheiros das instituições,¹³ repreensões severas para quem quebrar qualquer regra circunscrevem os limites espaciais para os que os utilizam.

Chamou-me a atenção, particularmente, as muitas horas de espera e as formas de se esperar pelo acesso aos serviços oferecidos nessa rede de atendimento. Como já dito, tendo como realidade a falta de serviços e de lugares para permanecer – mesmo pernoitando em albergues, pois nestes não se pode estar durante o dia –, homens e mulheres de rua passavam manhãs ou tardes inteiras a esperar por cada serviço oferecido na casa de convivência, no refeitório ou a esperar pela hora da sopa na rua. Sabiam a hora em que cada atividade acontecia, mas, uma vez que não tinham mais nenhum outro lugar a ir, esperavam.

Tomo como ilustração o Refeitório Penaforte, outro lugar observado na pesquisa. Tendo a oportunidade de acompanhar por vários meses a dinâmica do local e perceber sua movimentação desde o momento que abria até fechar, a questão da espera emergiu como fato significativo. Boa parte dos usuários chegava cedo, cerca de duas horas antes do almoço. Alguns vinham para o café da manhã e, após, esperavam pela próxima refeição. Entravam, davam o nome ou mostravam a carteirinha do cadastro, sentavam-se. O mais comum era deitarem a cabeça sobre os bancos e repousarem ou cruzarem os braços e ficarem olhando para frente. Quando o refeitório disponibilizou uma televisão, passaram a se concentrar nela. A maior parte conversava pouco ou quase nada.

Permaneciam lá durante as duas horas. Percebiam o movimento: quem sentava perto, mudavam de lugar quando se incomodavam com quem estava próximo. Ocasionalmente, levantavam-se, iam ao banheiro ou tomar água, e retornavam a seus lugares. À noite, o processo se repetia, criava-se um contraste entre a maioria dos usuá-

¹³ Em uma das instituições que visitei, havia no refeitório um adesivo escrito: “Sorria, você está sendo filmado”. Surpreendi-me e perguntei à funcionária que me mostrava o estabelecimento se havia de fato câmeras de vigilância ali. Ela respondeu: “Não, não tem não, mas é para eles pensarem que tem, o que facilita, não?”

rios calados aguardando e os “arruaceiros”, pessoas que chegavam alcoolizadas ou nervosas e movimentavam a cena do refeitório. A quietude da espera foi um comportamento que se estendia a todas as categorias que por ali apareciam, desde os albergados até os moradores da rua superalcoolizados.

O comedimento entre os pares é uma forma de tentar organizar suas relações. Evitar brigas e ataques aos vizinhos das áreas que habitam, marcar as regras da divisão dos recursos que compartilham e manter acordos mínimos de respeito à integralidade física dentro do agrupamento fazem parte dessa maneira de se socializar, ainda que nem sempre ela seja bem-sucedida. Um dos momentos em que a contenção corporal mais se evidenciava para os agentes de atendimento e outras pessoas – como o meu caso – era na fala.

Nas reuniões semanais da coordenação da revista *Ocas*¹⁴ com os seus vendedores, a organização da fala era essencial para o bom andamento do trabalho, mas também bastante difícil de administrar. Nesses encontros, os vendedores participavam de várias discussões: davam opiniões sobre a revista publicada naquele mês, organizavam todos os problemas concernentes à venda da revista ou à interação com os transeuntes e com os demais vendedores. A cada assunto, os vendedores eram convidados a falar um a um, em ordem circular. Porém, em decorrência da oportunidade oferecida para falar sobre determinado assunto, os vendedores aproveitavam o espaço da fala para narrar acontecimentos pessoais, justificar sua vida na rua e organizar pensamentos fragmentados. As falas individuais, conseqüentemente, ampliavam-se, geravam um clima impaciente e certa hostilidade entre os vendedores: sentiam sua vez de falar roubada.¹⁵

¹⁴ A revista *Ocas* é uma publicação da Organização Civil de Ação Social, vendida pela população de rua, que visa a fornecer instrumentos de autovalorização para as populações sem moradia ou em situações precárias. *Ocas* é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos e está associada à International Network of Street Papers.

¹⁵ Os momentos da reunião também revelaram tensão em função das disputas de pontos de venda da revista, de competição entre os vendedores e de inúmeras classificações sociais entre a população de rua em falas implícitas e referências indiretas sobre as falhas e inabilidades de seus pares que invariavelmente geravam.

Em um contexto cujo isolamento, em maior ou menor grau, cria poucas oportunidades de falar sobre suas vidas, o encontro com as pessoas que os abordavam nas ruas era sempre um despejar de histórias. Na rua, a grande dificuldade residia igualmente no respeito à hora de cada um falar. Em conversas com grupos na Praça metrô Brás, percebia uma timidez inicial, seguida de longas falas sobre suas trajetórias, que eram ouvidas pelos demais, mas interrompidas por outro que iniciava por sua vez sua narrativa. Frases cortadas pelo meio, olhares de raiva, resmungos. A menor hesitação constituía uma lacuna para o narrador anterior retomar: “deixa eu terminar, que você não deixou?”. O segundo se calava, contrariado. No meio do conflito, um terceiro desviou a nossa atenção para contar parte da sua história. A conversa seguiu cheia de frases entrecortadas, quebras emotivas de diálogos. A tensão era latente, entremeada por silêncios.

Corpos curvados, imóveis, comidos, controlados por linhas invisíveis de limitação espacial, por imposições disciplinadoras dos segmentos sociais com quem têm relações liminares. Contidos em fronteiras da apatia, da vergonha, da solidão. Essa dimensão da corporalidade dos moradores de rua está presente na pesquisa das atrizes do Lume, análoga a outras percepções corporais – como o corpo torturado pelas ações do Holocausto¹⁶ e o corpo retido, apático e vago dos animais presos no zoológico –, resultando em matrizes da situação de trauma traduzida em seu espetáculo.

A relação comum entre essas corporeidades é verossímil e significativa dos processos de aprisionamento que se imprimem sobre os corpos. E, sobretudo, chamou-me a atenção o fato de que, nas ruas, contraditoriamente, tal aprisionamento não se faz com as grades e armas que os encerram em um espaço fechado, mas com formas simbólicas e materiais, de modo a mantê-los encerrados em seus limites no espaço aberto.

¹⁶ Na explicação do procedimento metodológico da mimese corpórea construída para esse espetáculo, entre vários fragmentos de textos acadêmicos e de literatura, estavam as descrições do corpo esquelético dos campos de concentração na Rússia feitas por Primo Levi, que serviu como grande inspiração para o corpo torturado acima descrito (Colla, Silman e Hirson, 2002).

Movimentos de expansão

No entanto, se, por um lado, os mecanismos de contenção corporal permeiam as relações vivenciadas pelos moradores de rua nos espaços pelos quais circulam, não impedem, por outro, as brechas de explosão das emoções e dos gestos, contingentes e intensas. Estas levam a uma interessante observação de Raquel e Cristina (atrizes do Lume) a respeito de suas impressões sobre o corpo observado na rua. Na amplitude do espaço aberto da cidade, disseram ambas, as emoções são vividas em uma intensidade plena. A euforia é intensa, assim como a dor; a risada se contrapõe ao choro com o mesmo tom dramático e real.¹⁷ Assim, as fronteiras de comedimento rompem em ações desmedidas.

Outra peça de teatro resultante da pesquisa em imitação de corporeidades de moradores de rua¹⁸ – do Matula Teatro de Campinas – transpôs para o palco a realidade das ruas revelada em falas e gestos corporais intensos: as rodas de conversa e pinga, os conflitos nessa frouxa sociabilidade, a apresentação dos dramas afetivos. Curiosamente, ao conversar com eles, fui informada de que a pesquisa de observação desse universo corporal não havia sido feita nas ruas, mas em um albergue, onde muitas experiências da rua estão concretamente ausentes. No entanto, manifestava-se no corpo de seus usuários, que expressavam ali a gestualidade vivenciada do outro lugar.

¹⁷ Na construção dessa corporeidade, feita por meio de uma observação profissional do todo e do detalhe, das informações evidentes no corpo observado, assim como das que estão subjacentes, como ritmo, impulso, energia, entre outros, tiram-se ações e expressões, um material coletado ao qual é dado vida pelo autor. As três atrizes – Raquel, Cristina e Naomi, também diretora –, a partir dos diversos materiais coletados, exploraram qualidades de energia nas matrizes corporais que compõem os personagens que vivem a situação de trauma. Denominam essas qualidades corpo mole, corpo poderoso, corpo torturado, corpo ativo, corpo louco e corpo vazio (Colla, Silman e Hirson, p. 119).

¹⁸ Em maio de 2000, por ocasião de um projeto de iniciação científica do então aluno de Artes Cênicas da Unicamp Eduardo Okamoto, formou-se um grupo de pesquisa interessado em investigar a imitação de corporeidades de moradores de rua da cidade de Campinas. A técnica da mimese corpórea, desenvolvida pelo Lume, foi transmitida aos atores pelo ator-pesquisador Renato Ferracini ao longo de dois anos de intenso treinamento.

Os fragmentos expostos revelam outras formas de expansão corporal, tanto na rua quanto em espaços fechados, as quais ocorrem invariavelmente entre hiatos desse comedimento corporal. Poderíamos dizer que ambos os movimentos – de contenção e expansão das emoções – relacionam-se em uma dinâmica de atrito, sendo experienciados de acordo com a resposta contingente que o habitante das ruas há de dar em seu percurso cotidiano.

Com o tempo de observação, percebi que a imobilidade disciplinada esconde uma impaciência latente, um esforço para se adequar às imposições espaço-temporais que ocorrem durante a busca dos recursos de sobrevivência. A espera aparentemente passiva revela um acordo tênue entre o habitante de rua que se submete às relações de dependência com os mantenedores de sua sobrevivência e a posição disciplinadora dos que o atendem. Porém, o quadro pode se reverter facilmente em explosões de impaciência e reclamações contínuas se o acordo sofrer alguma ameaça. Tais explosões deixam claras a ansiedade e a atividade corporal intensa forçosamente controladas no dia-a-dia, e podem acontecer nos espaços fechados e abertos.

No refeitório, a imobilidade da espera da comida começava a diminuir à medida que se aproximava a hora da entidade que a fornecia chegar. Atrasos eram comuns, ainda que não grandes (quinze minutos a meia hora no máximo). Mas suficientes para tornar o ambiente do local mais tumultuado. Reclamações em voz alta, pessoas começando a andar mais pelo refeitório. Nesses dias, a pregação religiosa que antecedia a refeição era ouvida com muita inquietação. Alguns usuários sobrepunham suas vozes à dos pregadores, reclamando continuamente de sua fome e testando a capacidade disciplinadora da entidade em questão. Os mais indignados largavam as fichas e os copos e iam embora, nervosos, sem comer.

Essa impaciência – assim como outras emoções contidas – se transforma em relação tumultuosa quando ela é expressa coletivamente. Essa experiência não é tão evidente ao olhar cotidiano, pois há uma evitação da aglomeração de habitantes de rua, tanto por parte das instituições que os atendem, quanto dos próprios moradores de rua, cuja permanência em bandos, salvo em lugares de pouca circulação, como embaixo de viadutos, imprime medo aos transeuntes e cria o risco de atrair medidas repressivas.

No entanto, a participação em um evento social permitiu-me refletir sobre a tensão que irrompe na formação da multidão. A festa junina do Refeitório estava marcada para as dez horas da manhã de um sábado e foi divulgada a seus usuários, sem restrições. Foi programada em conjunto, pela equipe do refeitório e por entidades filantrópicas que contribuem com as refeições, cada qual responsabilizada por montagem de uma barraca de comida ou bebida não-alcoólica, de prendas e de outras diversões. As atividades foram marcadas para bem cedo na data marcada (sete e meia da manhã).

Às nove e meia, à esquina da Rua do Refeitório, havia cerca de 200 moradores de rua diante do estabelecimento, esperando para entrar. Soube que boa parte deles estava ali desde as oito horas da manhã. A imagem, forte, assustadora, um conglomerado de pessoas com roupas gastas movimentando-se juntas, impacientes. Aquelas que estavam mais próximas da porta do refeitório se empurravam e se aglomeravam, batendo à porta, pedindo para entrar.

À hora marcada para o início da festa, a impaciência transbordou. Dentro do refeitório, as barracas ainda não estavam prontas. Os membros das entidades diziam “calma, eles vão esperar”. Mas a tensão aumentava na porta. Pouco antes de abrir, foi combinado que três funcionários homens do refeitório controlariam a entrada, enquanto três pessoas (incluindo eu) estariam em uma mesa próxima entregando os brindes e ingressos para comida e bebida. Ao abrir a porta estreita, as pessoas começaram a se empurrar e passar por cima das outras. Outros funcionários se juntaram para empurrá-los de volta e estabelecer regras para a entrada.

Até que um fluxo considerável de pessoas entrasse, o violento empurra-empurra permaneceu, misturado a discussões e brigas do lado de fora. Ao mesmo tempo, os funcionários agiam com a voz forte, disciplinadora, em um esforço incomensurável para controlar a multidão. Esse episódio trouxe às minhas observações o registro de corpos ativos, forçosamente contidos e diminuídos, mas passíveis de reações explosivas e contingentes, uma vez que não há nenhum espaço em que se possa ordenar de forma explícita essas emoções.

Já enfocando as práticas lúdicas da rua, podemos pensar que alguns “loucos de rua”, ao salvaguardar seu espaço ficcional particular e criar relações imaginárias e concretas a partir desse espaço,

transformam muitas vezes as explosões e angústias em atos cenográficos: diálogos com seres invisíveis marcados pela gestualidade e pela fala (Chnaiderman, 1999). Seu Rubens, na Praça Metrô Brás, tinha o hábito peculiar de elaborar cenas entre ele e um interlocutor imaginário, quando ele falava, dava broncas, ajoelhava-se e venerava essa figura. Era chamado pelos vizinhos de o “homem que fala sozinho”.¹⁹

Em casos performáticos como o de seu Rubens, os gestos exagerados passam a ser direcionados para transeuntes, incluídos nos delírios da fala. À medida que se estendem para fora de sua fronteira espacial – que representa, na maioria das vezes, apenas o próprio corpo –, esses códigos podem provocar desde interação entre os dois sujeitos ao receio do controle do limite do habitante da rua; ou seja, desde uma breve *performance* interativa nas ruas da cidade à repressão e “re-limitação” do sujeito performático em questão.

Entre outras manifestações das emoções estão a explosão da raiva, do ressentimento social da violência, bastante significativas nesse contexto. Em alguns momentos, esta última é instigada pelo uso exacerbado do álcool. Mas, no geral, ocorre quando o limite da obediência e da tolerância nas esferas geográficas e sociais de contenção se esgota. As barreiras de contenção das emoções, sustentada até então para garantir a segurança e sobrevivência, rompe-se em sentimentos desmedidos, e simples conflitos podem chegar a sérios ferimentos.

O comportamento obediente com relação às entidades se desfaz quando o habitante de rua se sente explicitamente humilhado ou desfavorecido. Em refeitórios ou em albergues, atitudes agressivas ou humilhantes por parte dos funcionários criam reações raivosas, que terminam em frases como “quando você estiver lá na rua, sozinho, a

¹⁹ Em uma das definições dos sujeitos que trabalham com a rua a respeito do falar sozinho e dos surtos mentais, José Luiz, coordenador do refeitório, disse-me: pessoas com dois anos na rua têm problemas psicológicos; acima disso, criam um mundo particular, falam sozinhos. Embora essa definição coincida com algumas de minhas experiências de observação durante anos de contato com a rua, considero de difícil precisão conceituar os surtos mentais a partir desses mecanismos solitários dos monólogos, uma vez que as condições de isolamento social e o tempo vago em um amplo espaço podem convidar a outras expressividades e a formas bastante individuais de se espacializar.

coisa vai pegar”. Se estiver dentro das entidades de atendimento, ainda que perca o controle de sua raiva, expressa apenas em gritos e gestos de desafio, o morador de rua é rapidamente contido pelos funcionários e levado para fora. Uma vez que se vê impotente naquele espaço, a resposta ameaçadora se projeta no mundo de fora, da rua, no mundo onde as regras do espaço fechado se diluem, e outras regras, vividas como próprias, emergem.

As manifestações de conflito violento são muito evidentes também na convivência entre os moradores de rua. Discussões adormecidas, guardadas, são trazidas à tona, provocadas por motivos pequenos e fúteis, e abrem espaço para o enfrentamento da agressão física. O conflito se arma rápida e intensamente. Na rua, munidos de pedras, paus e facas, a briga pode incorrer em ferimentos graves ou morte. Quando não se chega a esse nível de gravidade, ocorrem deslocamentos territoriais. As pessoas, até então reunidas naquele agrupamento, separam-se e se reagrupam em outros pontos.

Nos espaços fechados, como nos albergues ou no refeitório, não havendo a facilidade do deslocamento espacial na hora do conflito, as manifestações de agressividade emergem até o limite da intervenção dos funcionários do espaço, gerando um ambiente de muita tensão. No refeitório, a política da coordenação é evitar a vigilância sobre os usuários e resolver os conflitos pelo diálogo. Dessa maneira, não há seguranças e não se faz revista de armas; apenas recomenda-se aos que possuem facas ou outros instrumentos perigosos que os deixem na entrada, sob os cuidados de algum funcionário. Essa postura proporcionou espaço para que os próprios usuários procurassem manter as regras estabelecidas pelo refeitório. Quando algum conflito eclodia, os colegas à volta, ajudados pelos funcionários, procuravam separar e expulsar os agressores do estabelecimento.

Mas, ainda assim, as explosões ocorriam, e era difícil controlar a posse de armas. Repentinamente, usuários do refeitório saíam sangrando, denunciando as rápidas e incontroláveis agressões e ameaças de faca que, ao serem expostas, passam pela tentativa de gerenciamento da instituição. Perguntando à equipe o que poderia ser feito, entendi o procedimento, explicado por uma funcionária: “Nada. Isso aí é treta deles da rua, que eles vieram resolver aqui. Como eles sabem que não podem fazer aqui, vão resolver lá fora”.

As regras do refeitório são claras, e os geradores de conflito são expulsos por meses do local. Não há seguranças que impeçam esses atos; mas, surpreendentemente, ajudados pelo suporte dos próprios usuários, os conflitos acabam sendo transferidos para a rua. No entanto, isso não é garantido. Há vários episódios de continuidade dos conflitos, que acabam, em última instância, sendo resolvidos “lá fora”.

As cenas apontam para um conjunto de ações similares, que constituem os conflitos: a enunciação de uma discordância, gerada no momento ou em razão de conflitos anteriores; posição desafiadora dos corpos se “peitando”; a agressão propriamente dita; a ameaça com a faca, que pode ser cumprida ou não. As demonstrações de força física redefinem a territorialidade delineada na rua, cujas fronteiras se estendem para as outras espacialidades que compõem esse universo. Mesmo que em alguns agrupamentos haja formas de lideranças, estas são constantemente contrapostas por uma dinâmica que se constitui “anti-hierárquica” (Brognoli, 1999),²⁰ na qual os indivíduos marcam a igualdade de condição muitas vezes no confronto violento.

Os movimentos contidos e expandidos dos habitantes de rua constituem amoldamentos contingentes, respostas às tensões e negociações diárias no espaço da rua. No entanto, com o tempo, esses movimentos vão se transformando em registros corporais cotidianos que delineiam certas imagens e comportamentos dessa população. Os fragmentos de contenção e a expansão descritos aqui revelam o seu contínuo embate entre se “localizar” nas ruas e enfrentar os mecanismos na tentativa de eliminação ou limitação. Eles são, sobretudo, resultado das adequações que habitantes de rua fazem a formas sucessivas e muitas vezes sutis de reduzi-los nos espaços geográficos e sociais.

²⁰ Brognoli discute esse aspecto da anti-hierarquia, presente nos agrupamentos de trecheiros e de pardais (categorias de andarilhos). A formação de lideranças nos grupos seria circunstancial, acompanhando a flutuação das alianças sociais feitas na rua. Segundo ele, depende de quem tem mais dinheiro para a pinga (goró), de quem deu alguma demonstração de força física ou que derrotou o oponente em uma desavença (1999, p. 88). Em minha experiência de campo, a percepção dessas lideranças foi pequena: aconteceu em alguns pequenos agrupamentos que frequentavam o refeitório. Tornou-se mais evidente a flutuação das relações do que a permanência de hierarquias grupais. O que não quer dizer que não possam estar presentes.

O Rapa: intervenção direta da organização urbanística

Há intervenções urbanas mais sistemáticas e contundentes, que revelam os conflitos e os mecanismos de resistência do segmento estudado. O Rapa é uma modalidade de controle urbano baseado em critérios de limpeza e ordem da metrópole.²¹ Denominada dessa maneira pelos moradores de rua na cidade de São Paulo, essa ação é constantemente referida por eles como uma das formas de violência mais preocupantes. Trata-se de uma função da limpeza pública municipal que consiste na retirada das habitações e arranjos informais desse segmento, assim como dos materiais recicláveis que guardam para vender, forçando-os a deslocamentos espaciais. Dentre os procedimentos que podem ser considerados como extensões das “operações antimendigo” hoje, o Rapa se sobressai por constituir uma atividade sistemática, exercida pelo poder público, amparada pela força policial e que endossa as representações funcionais sobre o uso das ruas da cidade.

Um caminhão pertencente ao poder público passa pelos locais de concentração de habitantes de rua coletando colchões, compensados e papelões, panelas, sofás e outros móveis. A ação do Rapa é relativamente regular, quinzenal ou semanal, mas ocorre sem dia certo, na intenção de surpreender. No momento da pesquisa, a operação era organizada pelas subprefeituras da cidade, muitas vezes contrariando diretrizes da Secretaria de Assistência Social, que, no entanto, não chegava a bloquear a operação.²²

Diversamente das grades, cuja interdição se estende silenciosamente a outros pedestres, a ação da limpeza pública é abertamente excludente e focada nesse segmento. A justificativa primeira para a

²¹ Não foi possível obter dados para confirmar se ações como a do Rapa se espalham pelas grandes cidades brasileiras. No entanto, pela descrição de moradores de rua oriundos do Rio de Janeiro, assim como por denúncias de revistas e jornais, foi possível registrar a ocorrência dessas intervenções de limpeza das ruas na capital fluminense, criada pelas subprefeituras do Rio de Janeiro e ações similares em Belo Horizonte, desde a década de 1990.

²² O dissenso entre Prefeitura e as Regionais foi percebido em conversas e discussões que presenciei entre os agentes do poder público e membros de entidades de atendimento, quando reclamando da violência do atos de intervenção.

operação é a ordem e limpeza da cidade e, nesse sentido, reitera o ciclo estigmatizante que promove a imagem do morador de rua como sujeito poluidor. A segunda justificativa, de acordo com funcionários das entidades de atendimento e agentes do poder público, seria a de evitar aglomerações das moradias provisórias ou recolher entulhos – como são chamados os objetos que habitantes de rua comercializam.

O Rapa funciona, portanto, no limite das disputas de sentido de público das ruas da cidade. E, ao provocar os deslocamentos, engrena uma movimentação de pessoas pelas áreas centrais da cidade que, não tendo outro lugar para ficar, apenas deslocam seu ponto de concentração. Essa é uma forma de controle disciplinador de um “olhar oficial”, que estabelece uma relação de perseguição e escape contínuo, na medida em que, apesar das expulsões, muitos desses locais passam a ser habitados novamente ou por novos moradores de rua ou pelos mesmos.²³

Creio que as narrativas e acontecimentos durante a pesquisa trarão algumas ilustrações do processo. O Rapa atinge em geral os habitantes de rua que utilizam ruas e praças de forma relativamente mais fixa. Os moradores da Praça Metrô Brás viviam temerosos quanto à data provável da operação, que poderia acontecer a qualquer hora do dia, embora parecesse acontecer mais de manhã e à noite. Este acabava sendo um tema recorrente em suas conversas: “O Rapa leva tudo. Se bobear, leva você junto”, dizia Carmen. O esperar pelo Rapa, temer por ele, é um dos focos de tensão emocional com que a população de rua tem de conviver.

A notificação oficial é um dos procedimentos adotados para prenunciar a operação, embora não seja constante. Muito provavelmente, como no caso de Carmem, a notificação oficial ocorreu em função de ela ter crianças. No dia em que a conheci, Carmem havia recebido uma notificação da subprefeitura avisando-a para que deixasse o lugar onde estava. Quando não recebem as cartas oficiais, os

²³ Esse mesmo processo ocorre com os meninos de rua, mas, no caso destes, a relação de deslocamento e perseguição pareceu-me mais intensa, dada a sua extrema circulação e dada a habitação de mocós muito provisórios, onde o uso de *crack* trazia muita visibilidade e, conseqüentemente, repressão (Frangella, 1996, p. 148).

moradores são surpreendidos por visitas de funcionários da prefeitura avisando-os que o Rapa passará em breve. Em alguns casos, a relativa regularidade da operação já era suficiente para deixá-los atentos: assim era com um agrupamento da Av. Abolição, que visitei em uma noite, cujos integrantes falavam muito do Rapa.

O aviso sugere que separem seus objetos pessoais, mantendo-os à parte, e fiquem “de malas prontas”, segundo relatos dos próprios moradores da praça. Nas semanas seguintes à visita de notificação, o Rapa tornou-se um dos assuntos centrais das conversas no local. Carmem havia arrumado seus poucos objetos pessoais. Uma vez que seu marido havia ido embora, ela passou a se preocupar com a presença contínua de alguém que vigiasse para que a operação não a pegasse de surpresa e levasse as suas coisas, a sua mala.

Assim, todos os dias havia uma tensão no ar. Comecei a me preocupar também com a expectativa sombria de que pudesse chegar algum dia à plataforma do metrô, olhar para a praça e ver as casas desfeitas. Sentimentos contraditórios me assolavam: estava prestes a presenciar o momento iminente desse conflito, o que seria importante para perceber as interações; por outro lado, o temor do ato agressivo me angustiava. A sensação ameaçadora estava presente no cotidiano.

Houve o dia em a ação aconteceu. Em uma manhã, bem cedo, cheguei ao Brás para visita. As habitações estavam normais e em seu lugar: Dona Lina, outra moradora da Praça parecia ter aumentado o número de sacolas à sua volta, o seu “canto” estava volumoso. Seu Rubens, já acordado, sentava-se ao sol. A casa de Carmem estava fechada, ela dormia. Tudo parecia tranquilo. À tarde, quando retornei ao local, comecei a perceber mudanças. O “canto” de Dona Lina desaparecera, um número menor de suas sacolas estava em um dos retângulos de cimento; um dos colchões já não se encontrava.

O Rapa levou um monte de coisas nossas. Quase tudo. Eles só não levaram mais porque eu pus ali, ó [mostrou um pequeno canto ao lado]. Eles levaram quase tudo meu. Levaram até meu açúcar, tia. Mas o que se há de fazer, né? Deus há de nos proteger (...).

A habitação, assim como a de Seu Joaquim (seu vizinho mais próximo), permanecia aparentemente inteira. Carmem havia persuadido a assistente social que acompanhou o trabalho:

É, eu expliquei que meus filhos tavam na escola aqui perto, e como é que eu ia sair daqui? Daí eles falaram pra eu falar com a assistente social que estava aqui. Eu falei com ela e ela deixou a gente ficar aqui até quarta-feira, quando eles vão passar de novo e aí vão levar tudo. E o que a senhora vai fazer?

Não sei, me virar. Ah, mas tudo bem, minhas coisas pessoais também já tão arrumadas. Eu espero eles passarem e aí faço o barraco de novo. Eles mesmos me disseram – se você quiser fazer seu barraco de novo depois aqui faz, mas a gente vai tirar as tábuas.

Em contraste, a habitação de Osório e Regina, um casal com uma estrutura habitacional bem mais frágil, havia sido praticamente desfeita. Havia levado os caixotes que formavam suas paredes, o latão com o qual cozinhavam, além de outros objetos. Regina estava com algumas roupas, sentada sobre o colchão que lhe restara. Ainda que sua “casa” não tivesse teto e fosse bem precária, configurava uma espécie de invólucro, que agora estava ausente e tornava-a ainda mais vulnerável.

As violências simbólica e física caracterizam o ato. Na “limpeza” da Praça, Seu Rubens e Dona Lina confirmaram-me a presença da Guarda Municipal. “*Vieram e ficaram ali, olhando*”. No viaduto da Avenida Abolição, Elias me dizia:

O que que a gente vai fazer, né? A gente tem que ficar aqui, olhando, não podemos fazer nada. Eles vêm com os guardas aqui. Um dia, um colega nosso aqui foi reclamar, tomou porrada na boca. Tudo o que a gente pode fazer é olhar (...).

As denúncias de violência são muito recorrentes. Márcio e Eliete saíram de outra área quando o Rapa passou em seu barraco vazio – nenhum dos dois estava presente – e levou tudo. Diz Márcio:

O Rapa é assim, eles vão levando tudo. Chegam e dizem: tirem suas coisas pessoais daqui e vão botando tudo no caminhão. Tem cena que dá vontade de chorar. Sabe que lá no Rio não é assim não. Se chega assim para tirar logo, leva bala. É diferente também em Campinas, São Carlos, etc. Só aqui é assim.

A afirmação de diferença de comportamento violento nas cidades não é confiável. Em um artigo da revista *Ocas*, há reclamações sobre a movimentação violenta de um processo similar chamado informalmente por “Cata-Tralha” no Rio de Janeiro²⁴. Em ambas as realidades, a presença da Guarda Municipal nesse contexto traz em si o conteúdo da repressão física e da expulsão imediata.

O Rapa funciona como uma espécie de ritual que reitera a demarcação fronteiriça entre o sujeito poluidor e a imagem asséptica da cidade. E traz à tona de modo conflituoso o embate entre percepções ordenadoras que se constituíram historicamente nas cidades e as condições materiais e simbólicas de vivência do morador de rua, conformadoras do estigma da abjeção que mancha a assepsia pretendida do espaço urbano. Esse ritual, no entanto, traz ambigüidades.

Se, por um lado, a operação marca de forma violenta a impotência absoluta dos habitantes de rua para assegurar seu espaço próprio, por outro lado, o ritual de limpeza pública provoca um deslocamento tênue, mais simbólico que concreto, desafiado pelas respostas resistentes dos que ali habitam. Os agentes responsáveis por essa operação também sabem que boa parte das pessoas sobre as quais ele se volta ficará ali. Então, os agentes do Rapa avisam que vão passar, recomendam às pessoas que guardem consigo seus objetos pessoais, porque eles levarão as “tábuas”, ou seja, a estrutura que evidencia a permanência dessa população.

Elias, um outro informante, explicou que o Rapa passa na Avenida Abolição aproximadamente de 15 em 15 dias, geralmente à noite:

Daí que a gente tem que se preparar, né... eles levam tudo isso aqui, esse sofá, aquelas coisas ali; mas não levam o fogão. Nem nossos objetos pessoais. Mas agora a gente faz assim, a gente pega as coisas [que o Rapa levaria] antes e leva lá pra cima (indica uma espécie de esconderijo na rua). E riu.

Essa negociação reflete já o longo diálogo que a Prefeitura tem com a população de rua em São Paulo. As pessoas tiram suas coisas

²⁴ Revista *Ocas* – saindo das ruas, 2002, Disponível em: www.ocas.org.br#http://www.ocas.org.br.

pessoais, observam impotentes o Rapa levar a maior parte dos objetos, depois reconstroem algum espaço ali mesmo ou em outro lugar por perto. Apesar das reclamações da precariedade do espaço, do perigo que dormir nesses lugares representa, o lugar conquistado importa. Esse ritual não passa incólume; imprime nesse universo contínuas chagas de opressão. Mas essa interdição não elimina em hipótese alguma sua permanência nas ruas e calçadas em questão.

No dia seguinte à ação do Rapa, o casal Osório e Regina começou a construir sua casinha. Osório foi à feira com seu pequeno carrinho e, gradualmente, foi preenchendo as paredes novamente com caixas de madeira. Dona Lina, a senhora lavadeira, deslocou-se para outro lugar da Praça. No lugar em que estava, uma outra mulher espalhou algumas poucas sacolas.

O Rapa funcionava por uma negociação dinâmica: no viaduto da Avenida Abolição, deixava o fogão, objeto central de produção da sobrevivência e sociabilidade daquele espaço. Carmem podia adiar continuamente com o Rapa em função da permanência de seus filhos nas escolas ao redor. A casa de Lourdes, uma antiga moradora da Praça Metrô Brás, sequer foi tocada. Fui informada que Lourdes já passara por muitos deslocamentos forçados, mas sempre voltava. Sua presença passou a ser gradualmente tolerada na praça, o que gerou, obviamente, questionamentos de Carmem quanto à “estabilidade” espacial de sua vizinha.

Enfim, casos heterogêneos que revelaram a adequação do diálogo dos agentes urbanísticos com os moradores de rua. O modo como estes lidam com o Rapa revela sua resposta cotidiana ao discurso urbano dominante e à complexidade da dinâmica dos territórios que utilizam, principalmente os viadutos e as praças, lugares em que o poder público marca incessantemente como espaços públicos de passagem. Mesmo que essa resistência não seja sempre efetiva, é uma resposta concreta e materializada à sua rejeição. Carmem sentenciou:

Xii..., o Rapa vem, quebra chave, arromba a porta e leva tudo. Mas não tem nada não. Se ele vier, já fico com minha mala prontinha, esperando. Daí vou ali pra cima (aponta para a continuação da rua, onde há outra praça que acompanha a linha do metrô) e monto meu barraco ali. Daqui eu não saio.

O Rapa pode ser considerado a evidência mais significativa dos conflitos que as formas de intervenção urbana, mais sutis ou mais contundentes, geram na vida cotidiana da população de rua. A política de tornar invisível a condição vulnerável e inquietante desse segmento toma sempre cores novas a cada administração municipal das grandes cidades. Se, por um lado, as contínuas restrições de circulação, permanência e contatos com os moradores de rua provoca nestes uma resposta corporal que se amolda entre a passividade e a agressividade, por outro lado, as atividades da Limpeza Pública expõem um “diálogo” material, concreto, mais cru e agudo, onde os efeitos das intervenções urbanas se faz aparecer.

A reticência particular que surge desse embate, não organizada, espontânea, corporal, persistente, é mais que uma reação. É também o reforço de uma prática de subversão da ordem urbanística. Quando ocupam pontos de passagem de transeuntes – como os viadutos ou esquinas onde dormem – ou espaços de lazer voltados para a sociedade sedentária – como praças de lazer –, “invadem as fronteiras simbólicas que deveriam demarcar os limites para as classes sociais” (Magni, C., 1995, p. 17). Chamam a atenção para o modo como essa lógica planejadora da cidade não dá conta de manter seus limites.

Está evidente o grau de sofrimento dessa população, decorrente dos embates cotidianos. Porém, é entre vivenciar dolorosamente a permanência na contramão e “localizar-se” cotidianamente no espaço público (Frangella, 2004), manipulando códigos sociais, criando novas territorialidades e atravessando os sentidos urbanos, que os moradores de rua garantem sua sobrevivência e permanência. São táticas imprevisíveis, contingentes, as quais, “quando associadas à dimensão espacial do lugar, que a tornam vernacular, constituem-se em um contra uso” (Leite, 2002, p. 122) e possibilitam a construção de novos lugares, onde os habitantes de rua “cabem” por um determinado tempo e espaço.

Referências

- ARANTES, A. A. (1999). *Paisagens paulistanas – Transformações do espaço público*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- BROGNOLI, F. F. (1999). “Com a cara no mundo: seguindo o rastro de nômades urbanos”. In: MARQUES, A. C. et alii. *Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento*. Itajaí, Editora da Univali.
- CHNAIDERMAN, M. (1999). “Escrituras Urbanas”. In: PEREIRA, M. R. C. (org.). *Leituras de psicanálise, estéticas da exclusão*. Campinas, Mercado de Letras.
- _____. (2003). “Rua: espaço de diversidade e criação”. *Folha de S. Paulo*. Folha Opinião. São Paulo, 19 jan.
- COLLA, A. C.; SILMAN, N. e HIRSON, R. S. (2002). Um dia.... – Um passo adiante. *Revista do Lume*, n. 4, pp. 85-129. Campinas, SP, Unicamp.
- DE CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- FOLHA DE S. PAULO (1994). “Administrador defende obras antimentidigo”. São Paulo, 12 set..
- FOLHA DE S. PAULO (1994a). “Cidade cria arquitetura antimentidigo”, São Paulo, 4 set..
- FOLHA DA TARDE (1994). “Prefeitura quer retirar sem-teto de ruas e praças do centro de SP”, São Paulo, 12 set.
- FRANGELLA, S. M. (1996). “*Capitães do Asfalto*”: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp
- _____. (2000). Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu: Revista do Núcleo de Estudos de Gênero*, n. 14. Campinas.
- _____. (2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- KAWASH, S. (1998). The Homeless Body. *Public Culture*, v. 10, n. 2, pp. 319-339.
- LEITE, R. P. (2002). Contrausos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, pp. 115-134, junho.

- MAGNI, C. T. (1995). Povo da rua: um estudo sobre nomadismo urbano. *Coleção Cadernos da Cidade*, v. 2, n. 4, jun., Porto Alegre.
- OCAS (2002). Saindo das ruas. São Paulo, ano 1, n. 5, nov-dez.
- O ESTADO DE S. PAULO (1998). “Arquitetos lamentam artefatos antimendigo”. São Paulo, 27 abr.
- O ESTADO DE S. PAULO (1998a). “Arquitetura antimendigo espalha-se por SP”. São Paulo, 26 abr.
- OLIVEIRA, M. A. N. (1998). *Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp.
- SOUZA, P. de (2001). “Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade”. In: ORLANDI, E. (org.). *Cidade atravessada – Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, CNPq/Labeurb/Pontes.

Recebido em mar/2005
Aprovado em maio/2005